

CAMPO RELIGIOSO EVANGÉLICO: ADESÕES E TENSÕES NO GOVERNO BOLSONARO

Lukas Mascarenhas Soares¹

Resumo

O texto discute o conceito de campo religioso, utilizando a teoria de Pierre Bourdieu para analisar a autonomia relativa do campo religioso evangélico no Brasil. Destaca a luta por legitimidade religiosa e monopólio dos bens de salvação, evidenciando a expansão do conservadorismo evangélico no cenário político, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Enfatiza o papel das mídias na transformação da imagem evangélica e a ascensão da Igreja Universal do Reino de Deus. Além disso, explora a existência de uma pluralidade política dentro do campo evangélico, mencionando expressões progressistas, como a Confederação Evangélica do Brasil. O autor destaca a importância de uma análise crítica da hegemonia conservadora, reconhecendo evangélicos progressistas historicamente silenciados, e sugere uma pesquisa aprofundada para compreender a pluralidade no pensamento evangélico, especialmente durante o governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Campo religioso, conservadorismo evangélico, Pierre Bourdieu, hegemonia religiosa, pluralidade política evangélica, mídia e religião

1. INTRODUÇÃO

Um olhar sobre o cenário político nacional dos últimos anos pede reflexões profundas sobre as demandas sociais, as guerras de narrativas, as lutas ideológicas entre espectros políticos de esquerda e direita e o posicionamento pragmático do centro, porém é cada vez mais notório que a inserção de grupos evangélicos na política mesmo não sendo um fator novo na história do Brasil,

¹ Graduado em Pedagogia pela UNOPAR, com segunda licenciatura em história pela Faculdade Única e mestrado pelo PPGHIS pela UEG Campus Sul Morrinhos.

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

passou a influenciar e construir debates no cenário político de forma mais visível e com maior poder de influência. Com isto a participação evangélica na construção de política de governo e na influência da opinião pública tem se mostrado um objeto de estudo necessário, uma vez que este grupo e suas pautas estão assumindo paulatinamente mais protagonismo, representatividade e influência nas eleições.

Nas últimas décadas a associação de evangélicos com a direita e extrema-direita tornou-se majoritária, principalmente com a eleição de Jair Messias Bolsonaro que se vinculou as pautas conservadoras e ao antipetismo, que por sua vez se alinham a grupos evangélicos, principalmente com lideranças que se colocam como representantes deste grupo, essa associação levou as igrejas evangélicas e seus fiéis para uma adesão ao pensamento de direita e ao Bolsonarismo, que na pessoa de Bolsonaro levantava pautas sensíveis a população , uma vez que, segundo dados do site CNN Brasil, o número de brasileiros que se consideram de direita está em alta e os que se consideram de esquerda em queda. Esse conservadorismo é mais evidente quando assuntos sensíveis são colocadas em jogo como a legalização do aborto, a legalização das drogas, aos direitos homoafetivos e segundo eles a defesa da liberdade de expressão e da liberdade de exercer cultos, o ultimo em especial ganhou força com a pandemia e as restrições de isolamento que também se estenderam para a igreja.

O problema deste processo de militância religiosa dentro das estruturas do governo e a associação do público evangélico ao Bolsonarismo e extrema-direita brasileira é o silenciamento histórico de vozes evangélicas que nunca dialogaram com pautas de extrema-direita, imputando aos evangélicos brasileiros um sentido de uniformidade na representatividade, que se personificou na pessoa de Bolsonaro, o que historicamente veremos que não corresponde à realidade. Por fim é fundamental entender quais fatores deram identidade aos evangélicos militantes políticos e pensar neste campo religioso

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

como uma estrutura mais ampla e pluralista que não se firma em uma unanimidade de pensamento e cosmovisão.

DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE CAMPO RELIGIOSO

Antes de qualquer reflexão acerca das relações evangélicas e políticas, devemos nos ater em explanar sobre a ideia de campo religioso, uma vez que pensar na sociedade brasileira do século XX e XXI e em especial nas relações de poder que cercam as disputas religiosas é pensar nas trocas simbólicas que se diversificam neste recorte. Segundo Bourdieu (1983, p. 89), os campos são espaços organizados por diferentes posições ou postos, cujas características são influenciadas pelas posições dentro desses espaços e podem ser estudadas independentemente das características individuais de seus ocupantes, embora em parte sejam influenciadas por elas. Os campos resultam de uma interação dinâmica entre o habitus de um agente e a situação em que ele se encontra. Bourdieu, de certa forma, substitui a concepção de sociedade pela ideia de "campos sociais". Portanto, um campo é um espaço social com sua própria estrutura, relativamente autônoma em relação a outros campos (Bourdieu, 1983). De acordo com Bourdieu, "o campo se diferencia, então, como um espaço onde se refletem relações de poder, o que implica dizer que ele se organiza com base na distribuição desigual de um recurso social que determina a posição ocupada por um agente específico dentro dele" (1983, p. 21).

A partir desta análise podemos olhar para o campo religioso com um espaço autônomo, diversificado, porém relacional com outros campos e estruturas sociais, logo perceber a construção social do campo religioso evangélico e sua relação com a busca do monopólio do exercício legítimo do poder religioso (Bourdieu, 2007, p. 59). Para Bourdieu, a força religiosa que uma instância religiosa ocupa depender do material simbólico dos grupos ou classes que ela mobiliza (2007, p. 58). Partindo desta análise, podemos fragmentar o campo religioso de forma a observá-lo como um espaço de competição pelo poder simbólico, e consequentemente um campo que se divide em outros

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

subcampos, como o objeto a qual iremos aprofundar nesta pesquisa, entendendo a religião evangélica como subcampo religioso em ascensão e luta pelo monopólio simbólico de seu subcampo e consequentemente de seu campo.

Bourdieu (2007) analisa que a dentro do campo religioso existe uma constante luta para conquistar o mercado dos bens de salvação:

Em virtude da autonomia relativa do campo religioso como mercado de bens de salvação, as diferentes configurações historicamente realizadas da estrutura das relações entre as diversas instâncias em competição pela legitimidade religiosa, podem ser encaradas como momentos de um sistema de transformações. E em seguida, é preciso captar a estrutura das relações invariantes que podem ser observadas entre as propriedades associadas aos grupos especialistas, sem ignorar que somente no interior de cada configuração histórica poder-se-ia caracterizar de maneira exaustiva e rigorosa as relações entre as diferentes instâncias. (Bourdieu, 2007, p. 59)

Logo, o campo religioso evangélico na busca pelo exercício legítimo do poder religioso e monopólio dos bens de salvação, não procura apenas se firma na esfera religiosa, mas também no espaço público como um todo, o que o coloca como oposição de outras filosofias religiosas, mas também como contrários ao pluralismo no pensamento evangélico e na sua atuação pública, elegendo para si uma verdade absoluta que se opõem a outros posicionamentos. Assim pelo meio político, midiático, jurídico ou pela opinião pública, procuram descredibilizar outros credos, e outras forma de pensar a religião evangélica, a partir desta visão de monopólio do pensamento religioso evangélico, devemos refletir sobre como o conservadorismo ocupou a narrativa evangélica e consequentemente suas atuações públicas.

PENSANDO O CONSERVADORISMO PARA ENTENDER SEU OPOSTO.

Quando analisamos a palavra Conservadorismo, segundo o dicionário UNESP, é a “atitude de quem é contrário à inovação de caráter político e social; tradicionalismo” (2011, P. 328). Partindo desta definição, entendemos que o pensamento conservador está intrínseco à ideia de que algo que já está estabelecido não precisa ser transformado. Esta vertente de pensamento pode

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

ser aplicada em diversas áreas da sociedade, seja na política, cultura, costumes, entre outras tantas formas de se entender como indivíduo ou se definir como parte de um coletivo.

Karl Mannheim, um sociólogo e filósofo social húngaro-alemão do século XX, fez uma distinção importante entre tradicionalismo e conservadorismo. Segundo Mannheim, enquanto o tradicionalismo é uma atitude mental que busca preservar e reverenciar as tradições existentes, o conservadorismo é uma ideologia política que busca manter e proteger a ordem social vigente.

Mannheim argumenta que o tradicionalismo é uma atitude cultural que enfatiza a continuidade e a estabilidade das tradições culturais, religiosas e sociais. Os tradicionalistas valorizam a herança do passado e acreditam que as práticas e valores estabelecidos ao longo do tempo devem ser mantidos e preservados. Essa perspectiva enfatiza a autoridade e a sabedoria dos costumes e instituições tradicionais.

Já no que tange ao conservadorismo, devemos refletir sobre a perspectiva política, mas que não deixa de se relacionar com demais esferas da sociedade. Segundo Mannheim (1986)

O conservadorismo começa a criar corpo ainda na revolução francesa, um importante processo de transformação nas estruturas sociais que viríamos a entender e construir a partir deste movimento revolucionário, segundo Mannheim afirma sobre este período histórico: [...] Essa escolha é ainda justificada pelo fato de que, depois da Revolução Francesa, se desenvolveu o que poderíamos chamar de uma tendência "polarizante" no pensamento - isto é, estilos de pensamento se desenvolveram em extremos claramente opostos. A questão divisória estava nas diferenças políticas que se desenvolveram sob a pressão dos acontecimentos da Revolução Francesa. Diferentes estilos de pensamento se desenvolveram de acordo com linhas partidárias, de forma que podemos falar de estilos de pensamento "liberal" e "conservador", aos quais acrescentaremos mais tarde o estilo "socialista". Essa tendência polarizante foi especialmente marcada na Alemanha (Mannheim, 1986, p. 83)

Karl Mannheim nos faz refletir sobre as diferentes formas de pensar e entender o tradicionalismo, uma vez que o tradicionalista não necessariamente está ligado ao conservadorismo político. Segundo ele, “progressistas por exemplo, não obstante suas convicções políticas, podem frequentemente agir

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

tradicionalmente em várias esferas de suas vidas”. (Mannheim, 1986, p. 102). Isto nos leva a pensar que o movimento conservador não é o mesmo em todo o tempo, e não carrega em sua construção as mesmas visões de mundo, tradição e normalidade, por esta razão que pensando no conservadorismo atual, precisamos entender como o campo religioso evangélico se coloca neste processo.

EXPANSÃO EVANGÉLICA SOBRE O CAMPO POLÍTICO A PARTIR DE UMA LAICIDADE POR CONVENIÊNCIA.

Mas, quando pensamos em conservadorismo evangélico no século XX, um assunto importante a ser posto é o poder transformador que as mídias colocaram na religião evangélica a partir da segunda metade do século XX. Para o historiador Paul Freston “a partir de 1987, aumenta o volume de notícias sobre o pentecostalismo na grande imprensa e na televisão. A “descoberta” dos pentecostais talvez se relacione com a construção da fragilidade da “igreja popular”.” (Freston 1993. P 6). Para o autor é neste momento que os olhares se voltam para a igreja evangélica em detrimento de uma enfraquecimento lento e gradual do catolicismo. Isso pode ser uma chave importante de reflexão a certa das mudanças sociais que levaram ao protagonismo evangélico dentro da política, uma vez que já se olha para o movimento da banca evangélica na constituinte de 1988.

Após a Constituinte, o destaque passou a ser a Igreja Universal do Reino de Deus. Inicialmente ela é “enxergada” pelo ângulo do exorcismo. No final de 1989, o ângulo passa a ser o da compra da rede Record, a qual transforma a outrora curiosidade religiosa em concorrente. Mas concorrente que a ainda não é possível tratar como tal, mas sim como “penetra”. Em 1990, as redes de televisão começam a se manifestar, utilizando o instrumental mais imbuído da aura de “objetividade” de que dispõem: o documentário, Edir Macedo chega às capas da Veja e da Isto É e a Isto É/Senhor. (Paul Freston 1993, p.7).

Neste contexto o cenário religioso começa a sofrer diversas transformações, a igreja evangélica antes ignorada pelas mídias e pelas elites, começa a ganhar

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

espaço na mídia e nas comunidades, de repente uma sociedade de tradição católica começa seu processo de “conversão”, igrejas evangélicas começam a chegar e construir laços profundos nas mais diferentes camadas sociais, porém isto inaugura uma nova forma de proselitismo “o midiático” sejam os cultos televisionados ou as mídias atuais, a identidade evangélica se firma em visões de se adaptar as camadas, as mídias e aos sistemas “seculares” para ganhar mais adeptos isso não deixa de romper com o tradicionalismo, porém consegue reformular visões que mais tarde seriam a peça chave para o conservadorismo político evangélico ganhar espaço no congresso nacional, porém é importante elencar que o conservadorismo não é a máxima do campo religioso evangélico.

Ricardo Mariano (2011) nos faz pensar sobre a mudança no contexto político que motivou igrejas pentecostais a se inserir no campo político:

Os pentecostais ingressaram na arena política impelidos pelo temor de que a Igreja Católica estivesse disposta a tentar dilatar seus privilégios junto ao Estado brasileiro na Constituinte. Tal temor era compartilhado por outros grupos evangélicos. Tanto que um seminário promovido pela Ordem dos Ministros Batistas do Rio de Janeiro, intitulado “Os evangélicos e a Constituinte”, defendia, no documento final, de 29 de novembro de 1985, a “separação entre a Igreja e o Estado, o respeito às liberdades e aos direitos humanos” e afirmava: “Somos pela existência de um Estado leigo. (Mariano, 2011, p. 250)

A partir desta análise, podemos perceber que houve mudanças na configuração das pautas evangélicas dentro da política, se anteriormente a busca por um estado laico parecia uma defesa do direito de todos, quando a ascensão deste segmento religioso nas estruturas políticas se firmaram de forma consolidada, a frase passa a ser outra “o estado é laico, mas não ateu” porém neste processo de laicidade conveniente, a religião evangélica vai se institucionalizando de forma a tentar intervir no estado, alegando total respaldo popular para isto. Porém esta instrumentalização do estado por meio da fé, sem levar em consideração a diversidade de pensamento e os direitos individuais de cada pessoa, é um obstáculo poderoso a laicidade de fato do estado (Mariano 2011).

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

UMA PLURALIDADE POLÍTICA DENTRO DO SUBCAMPO EVANGÉLICO: EVANGÉLICOS E AS ESQUERDA.

Magali Cunha discute a existência de uma cultura religiosa que alimenta a hegemonia conservadora entre os evangélicos na relação com a política, principalmente a institucionalizada (2017, p.222), que são aqueles grupos que conseguem ocupar espaços políticos e de visibilidade social. Porém este processo acaba por silenciar a pluralidade que o campo religioso evangélico possui, Cunha a partir de Tencourt Filho, expõe que as expressões progressistas dentro de grupos evangélicos não é um fato novo, elas ganham maior potência e influência a partir dos anos de 1930 por meio da formação da Confederação Evangélica do Brasil (2017, p. 222).

Projetos sociais significativos com parcerias governamentais, conferências de estudos que tratavam de temas de ponta na relação religião-sociedade marcaram a atuação da CEB e deram visibilidade à presença evangélica no Brasil para além do isolacionismo alimentado pelas teologias petista e fundamentalista predominantes. Este processo estabeleceu uma pauta comum ao progressismo evangélico no país: combate à desigualdade econômica e cultural; defesa de direitos civis, das minorias, do meio ambiente; defesa do Estado laico e da liberdade religiosa. (Cunha, 2017, p. 222).

Porém, é importante destacar que embora houve uma associação de pautas sociais e defesa de direitos por parte dos evangélicos não conservadores politicamente, seu poder de influência na mídia e na esfera pública nunca foi reverberada como outros posicionamentos de direita, principalmente daqueles grupos que constituíram a bancada evangélica no congresso, o que de certa forma, lhes deu legitimidade para falar em nome de todo campo evangélico, porém não representado todas as visões de mundo, sociedade e lugar da religião no estado (Cunha, 2017).

Esta vertente não é nova: como mencionado neste estudo, tem expressão histórica. Desde as primeiras décadas do século 20, ações políticas de evangélicos progressistas foram desenvolvidas, ainda que com pouco destaque pelo perfil teológico conservador predominante entre o segmento. Estas articulações se consolidaram nos anos 50 e 60, ganharam mais visibilidade nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar, recompuseram-se no período de

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

redemocratização e marcam a identidade de uma minoria evangélica de importância reconhecida no presente. (Cunha, 2017, p. 241).

Por fim, com base nesta reflexão de Magali Cunha, um olhar crítico para a construção de uma hegemonia conservadora em detrimento de posicionamentos evangélicos progressistas, devem ser colocados em análise neste projeto, bem como a pesquisa histórica por meio de bibliografias da atuação de evangélicos que destoaram do poder simbólico que dominou as narrativas e ações deste campo, além de dialogar com a sociologia das religiões para compreender como os conflitos de grupos evangélicos distintos politicamente durante o Governo Bolsonaro é um reflexo desta pluralidade no pensamento ideológico e nas pautas que movem o senso teológico, político e social do majoritário conservadorismo evangélico e do silenciado progressismo ou anti-conservadorismo político adotado por dissidentes evangélicos no cenário bolsonarista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cerne do debate sobre o campo religioso no Brasil, o texto utiliza a teoria de Pierre Bourdieu como ferramenta analítica para examinar relativa autonomia do campo religioso evangélico. Aprofundando a dinâmica desta área A luta constante pela legitimidade religiosa e pelo monopólio dos benefícios da salvação é proeminente. Esta luta, resumida pela conjectura de Bourdieu, revela não apenas a competição na esfera religiosa. Mas há também uma procura ativa pela centralização deste poder na esfera pública. Manifesta-se na oposição a outras filosofias religiosos e no questionamento do pluralismo interno.

A análise centra-se na ascensão do conservadorismo na política brasileira. Intensificou-se especialmente a partir da segunda metade do século XX. Neste contexto, a mídia desempenha um papel crucial, convertendo a imagem evangélica e catapultando a igreja Universal do Reino de deusas para um papel de destaque. A presença da mídia não influi apenas a percepção do

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

público Mas também ajudou a unir os conservadores como força dominante na política, por exemplo, ao participar na eleição de Jair Bolsonaro.

Contudo, o texto vai além da narrativa hegemônica e explora uma faceta muitas vezes negligenciada: a existência de uma pluralidade política no campo evangélico. Aparece como uma expressão progressista da Confederação Evangélica Brasileira, que se opõe à corrente conservadora. Este parágrafo destaca a importância de reconhecer e analisar criticamente esta diversidade de pensamento, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais profunda para compreender as nuances ideológicas e agendas díspares que coexistem no universo evangélico.

Por fim, o texto conclui chamando a atenção para a urgência de estudos mais detalhados. Isto é especialmente verdadeiro no contexto do governo Bolsonaro. Reconhece a relevância de revelar as complexidades e contradições que existem no pensamento evangélico contemporâneo, destacando não apenas o conservadorismo hegemônico, mas também os evangélicos progressistas historicamente silenciados. Este chamado à pesquisa aprofundada visa lançar luz sobre as vozes marginalizadas, proporcionando uma compreensão mais completa e matizada do panorama religioso e político no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.

CUNHA, Magali, **Política, mídia e religião: O ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter**, C&S, São Bernardo do Campo, 2017, p217 – 244.

III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

II SIMPÓSIO DA ABHR REGIONAL CENTRO-OESTE

FRANZÃO, Felipe, CNN, Pesquisa aponta que o dobro dos brasileiros se diz mais de direita que esquerda. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-do-senado-indica-que-21-dos-eleitores-no-brasil-se-consideram-de-direita/> Acesso em 01 de outubro de 2023.

IBGE, **Amostra do número de religiões 2010** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107> Acesso em 10 de janeiro 2023.

MARIANO, Ricardo, **Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**, Civitas, Porto Alegre, 2011, p. 238 – 258.

MARTINS, Marcelo B., MENDES, Ingrid R. **Relações igreja e estado: considerações no pós-reforma protestante** Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/14931/11196> Acesso em 12 de janeiro 2023.

SOUZA, André Ricardo de, Os **católicos, evangélicos e espíritas chamados de progressistas**, REVER, São Paulo, 2023, p. 167 – 182.